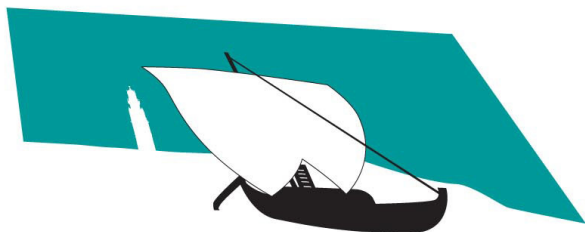


# MANIFesta

ASSEMBLEIA, FEIRA E FESTA  
DO  
DESENVOLVIMENTO LOCAL

UMA FORMA DE EXPRESSÃO  
E DE VITALIDADE  
DAS COMUNIDADES

OLGA FERNANDES



**MANIFESTA**  
animar  
XI ASSEMBLEIA, FEIRA E FESTA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

animar  
Associação Portuguesa para  
o Desenvolvimento Local

DESENVOLVIMENTO  
NA DIVERSIDADE



MANIFESTA  
ASSEMBLEIA, FEIRA E FESTA  
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

UMA FORMA DE EXPRESSÃO  
E DE VITALIDADE DAS COMUNIDADES

**Monografia apresentada no âmbito do curso  
de Pós-Graduação em Economia Social  
– Cooperativismo, Mutualidade e Solida-  
riedade, na UC3: Economia, sociedade  
e desenvolvimento local centrando-se na  
temática do desenvolvimento local como  
estratégia.**

**Orientador:  
Professor Dr. Bernardo Campos**

**Coimbra, 2016**

**Título: MANIFesta - Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local  
Uma forma de expressão e de vitalidade das comunidades locais**

Autora: Olga Fernandes

Edição: Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Impressão e acabamento: Grafislab, Laboratório Gráfico, Lda.

Rua das Laranjeiras, 27

4445-491 ERMESINDE

Agosto de 2017

OLGA FERNANDES

MANIFESTA  
ASSEMBLEIA, FEIRA E FESTA  
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

UMA FORMA DE EXPRESSÃO  
E DE VITALIDADE DAS COMUNIDADES

ANIMAR  
LISBOA 2017



*Esta monografia tem como objetivo refletir sobre o conceito de desenvolvimento local, enquanto fenómeno complexo, tendo por base uma iniciativa de desenvolvimento local com longo historial, a MANIFesta - Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local, promovida desde 1994 pela Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. Num contexto histórico, a MANIFesta simboliza e define-se enquanto iniciativa de reflexão e debate comum sob o mote da conjugação de interesses associativos.*

*Pretende-se analisar e refletir sobre o tema, numa primeira parte, por via do seu processo de implementação, de territorialidade, de endógeneidade, de integração e multidimensionalidade e, numa segunda parte, por via do seu resultado, das mudanças ocorridas nos territórios, nos processos participativos e de dinamização que se mantiveram, nas formas de expressão e de vitalidade das comunidades que se desenvolveram e na sustentabilidade da iniciativa.*

*Por conseguinte, num primeiro momento efetuar-se-á uma abordagem conceptual ao tema do desenvolvimento local, refletindo acerca do papel das organizações de desenvolvimento local e, consequentemente, acerca das iniciativas de desenvolvimento local.*

*Proceder-se-á a uma caracterização geral da Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, enquadrando-a em termos de princípios e preceitos, abordando a organização da MANIFesta - Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local enquanto iniciativa mobilizadora, uma estrutura de apoio interassociativo e elo de ligação entre várias associações e, sobretudo, uma forma de expressão e vitalidade das comunidades locais.*

## ABORDAGEM METODOLÓGICA

*Com este trabalho surge a oportunidade de efetuar uma análise numa associação de uma das suas iniciativas mais emblemáticas e representativas do Desenvolvimento Local, a MANIFesta - Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local.*

*Não obstante o facto das inúmeras publicações e produções literárias referentes à MANIFesta, a presente monografia pretende efetuar uma abordagem simples e diretiva aos processos de implementação e organização da iniciativa e também aos resultados da mesma.*

*Para esse efeito será efetuada uma descrição contextual da organização e da própria iniciativa por via da análise documental (livros publicados, minutas, planos, correspondência, entre outros) e de narrativas e relatos extraídos de conversas informais a pessoas que, de alguma forma, participaram ativamente na iniciativa.*



## INTRODUÇÃO

Contrariando os defensores que invocam a tendência de a sociedade se organizar em torno de duas dimensões distintas, o Estado e o mercado, pretende-se, aqui, dar destaque e refletir sobre as atuais formas de associação, quer das pessoas, quer das organizações, por via de processos e dinâmicas revestidas de ideologias de cooperação e congregação. Essas formas de associação e congregação passam, de acordo com Monteiro (2004), por configurações relacionais e desenvolvimento de laços entre organizações voluntárias que se encontram ligadas ao denominado “Sector Não Lucrativo” ou ainda “Terceiro Setor”. Importa realçar e destacar indicadores acerca deste sector, tais como o seu peso nos índices nacionais de emprego ou a sua representação em domínios de intervenção como a educação, a saúde, os serviços sociais, a cultura e lazer, de forma a refletir sobre o seu papel no seio da sociedade civil, pois *“têm vindo a ser procuradas alternativas de solidariedade para um Estado-Providência em crise: iniciativas ligadas à denominada ‘economia social e/ou solidária’, exploração de oportunidades de emprego abertas por novas necessidades sociais (serviços de proximidade, por exemplo), co-produção de políticas públicas no que concerne à inserção social e económica, investimento em dinâmicas de desenvolvimento local.”*

A Economia Social e Solidária, pela expressão que lhe é atualmente reconhecida, desencadeia processos de interesse comum por via de iniciativas e de relações de intercooperação. Importa relevar iniciativas que são desencadeadas pelas organizações, no seio da sua missão, valores e intervenção, como forma de expressão e de defesa de uma sociedade mais equilibrada, colaborante e colaborativa. De acordo com Laville e Gaiger (2011) essas iniciativas são indispensáveis à construção de novos rumos para a sociedade.

Estes defendem também que *“na Europa, a extensão alcançada pela Economia Social reflete a importância atribuída ao primado das pessoas e de suas coletividades em face dos objetivos de acumulação econômica, do que resultou a constituição dos direitos cidadãos e o aprofundamento da democracia. Ao Sul e ao Norte, esse legado explica a amplitude da economia solidária e sua força de convergência entre experiências, demandas e expectativas de inúmeros segmentos sociais, com suas tradições de luta e de organização”*. Também em Portugal, a partir dos anos oitenta e noventa do século XX se registaram diversas iniciativas e projetos de base local, que, de acordo com Amaro (1998) surgem e agem ao nível das comunidades territoriais de pequena dimensão. Essas iniciativas intensificam ligações e reforçam o movimento do desenvolvimento local.

Todo o enquadramento aqui realizado no que diz respeito às iniciativas de desenvolvimento local tem também a sua base em contributos teóricos e práticos que vão para além das referências portuguesas, mas que foram incorporados em muito do que se fez e continua a fazer em Portugal a este nível. A este respeito há que referenciar o conceito e as iniciativas que se conhecem e que aconteceram sob a denominação de Desenvolvimento Comunitário ou Rural e que se foram realizando pelas décadas de 50, 60 e 70 na Europa; o conceito de Agente de Desenvolvimento, ligado à ideia de que cada local é um território com vida e dinâmica própria, o qual, por via das Instituições ligadas à ONU se foi divulgando pelo mundo fora; a aplicação e implementação de vários programas comunitários (LEDA, LEADER, INTERREG, entre outros) que desencadearam processos de investigação visando o desenvolvimento local.

Ao falar de Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDLs) é importante abordar a forma como estas se desencadeiam, não no que diz respeito ao seu processo, mas sim em relação à sua definição. Conforme referenciado por Monteiro (2004) não é possível encontrar, em Portugal, um enquadramento jurídico específico para as IDLs pois estas são desencadeadas pela partilha de propósitos comuns para a ação por parte de organizações da economia social e solidária, tais como, associações, fundações, cooperativas, misericórdias, entre outras. Assim a identificação de IDLs subentende o denominado *“reconhecimento inter-pares”*, *“traduzido no reconhecimento a uma dada organização, por parte de outros atores próximos e igualmente envolvidos em dinâmicas de desenvolvimento local, da efetiva posse de um currículo relevante e experiência*

*demonstrada na condução de intervenções que assumem as características fundamentais de uma ação em prol do desenvolvimento local”, as denominadas Associações de Desenvolvimento Local (ADLs).*

As ADLs, apresentam-se, de uma forma geral, e de acordo com o *Guia das Iniciativas de Desenvolvimento Local*, editado pela Rede Animar em 1998, como as entidades associativas que, em termos sociológicos, de forma diferenciada participam ativamente na valorização das pessoas, lugares e regiões, contribuindo para o desenvolvimento local. Para além disso, e de acordo com Brás (2000) estas intervêm nas comunidades locais, mobilizando pessoas e agentes, promovendo o conhecimento dos territórios em termos de potencialidades e recursos, dinamizando iniciativas de âmbito social, cultural, económico e ambiental, em prol da cidadania ativa, da valorização das culturas locais e do desenvolvimento integrado dos territórios.

No que diz respeito às IDLs, e de acordo com Albino (2004) algumas são reconhecidas como pioneiras e tiveram como referência o desenvolvimento de zonas geográficas marginalizadas. Esse conjunto de iniciativas, não completamente exaustiva e segura em termos cronológicos está disponível na obra *À Descoberta das Iniciativas de Desenvolvimento Local*, editado pela Rede Animar em 2004.

No sentido de efetuar a devida abordagem e análise à iniciativa de desenvolvimento local na qual se centra este trabalho, importa, antes disso, desenvolver a necessária contextualização no que diz respeito à Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, pois é o seu nascimento, arranque e história que enquadram a MANIFesta - Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local.

A Animar - Associação Portuguesa de Desenvolvimento Local, que começou por ter a designação “Animar - Associação para o Desenvolvimento Local em Meio Rural” deu o primeiro passo através da carta/convite que José Gandra Portela, enquanto membro da Trans European Rural Network enviou a uma dezena de pessoas e organizações que procuravam, na altura, afirmar-se como ADLs nas mais diversas zonas de Portugal. O objetivo era que essas organizações se pudessem conhecer e pensar em desenvolver uma rede de relações no sentido de aprenderem, umas com as outras, novas metodologias, criarem instrumentos de trabalho e pensarem, em conjunto, em contributos para poderem confrontar o poder político, na defesa dos seus interesses comuns. No final desse processo, através da realização do En-

contro do Mezio, foi criado o “Grupo dos 10”, um grupo de trabalho que tinha como objetivo dar andamento às conclusões tomadas. Este grupo de trabalho assumiu a iniciativa de estudar e perspetivar como é que uma rede para o desenvolvimento local em Meio Rural se deveria organizar – com que estatutos, com que associados, com que objetivos, com que metas e com que meios. O processo decorreu através da realização de várias reuniões onde se foram limando arestas e clarificando questões. Depois de muitas propostas e debates, aprovou-se que a rede se deveria chamar Animar e que deveria publicar-se uma folha informativa designada *Veze e Voz*.

A 17 de setembro de 1993, no Cartório Notarial de Aljustrel, realizou-se a escritura pública que fez nascer, no universo associativo português, a primeira organização de âmbito nacional, com caráter de rede, de promoção do desenvolvimento local, a Animar! Ainda de acordo com Albino (2004), a partir da constituição formal da Animar surge o desafio da animação da Rede que, ao longo dos últimos anos, tem sido realizada através de encontros, atividades e projetos que envolvem os diversos agentes e atores da Rede Animar. Intensificam-se também as relações com várias organizações da sociedade civil, com os poderes públicos e privados, trilhando caminhos de cooperação, intensificando projetos que envolvem e mobilizam associados, reforçando de forma evidente a capacidade de intervenção e visibilidade pública. De acordo com Moreno (1998) a Animar defende uma *“eficiência dinâmica, socialmente construída com participação plural e não aquela eficácia seletiva que resume os interesses de alguns”*.

Em 1999 a Animar alargou o seu âmbito de intervenção a territórios urbanos e hoje possui, em termos de associados, mais de 75 organizações e 100 pessoas com intervenção nas áreas do desenvolvimento local, da economia social e solidária, da educação formal e não-formal, do associativismo e da cidadania ativa.

Para além da representatividade que decorre do número extremamente significativo de membros e parceiros/as a lógica de funcionamento em rede e a estratégia de incentivo das parcerias locais e regionais e da intercooperação que a Animar definiu como prioritárias confere-lhe uma capacidade acrescida de mediação e de interlocução junto de um conjunto alargado de entidades pública e privadas tanto em Portugal como internacionalmente.

Dos objetivos estatutários da Animar, avultam a promoção da igualdade de oportunidades e de género com vista a uma mais equitativa distribuição da

riqueza, ao melhoramento da qualidade de vida das populações e à redução das assimetrias; a congregação de esforços e apoios à atuação em rede, em prol do Desenvolvimento Local e da democracia participativa, numa lógica territorial, de organizações, grupos e indivíduos.

Hoje a Animar é um pólo privilegiado de difusão e intercâmbio de experiências e informações relativas às políticas e às práticas dos atores no terreno e dos seus parceiros, tal como dos saberes, conceitos e propostas inovadoras dos territórios. Em termos práticos atua concretamente de várias formas:

- Medindo o impacto das políticas nacionais e comunitárias, fazendo propostas em conformidade com elas e criando e executando projetos em rede com as suas associadas;
- Editando a revista *VeZ e Vóz*, a página eletrónica da Animar ([www.animar-dl.pt](http://www.animar-dl.pt)) e o boletim *InfoAnimar*, para além de animar diversas comunidades de partilha, reflexão e discussão nas redes sociais existentes na internet;
- Promovendo ações de formação e apoio à conceção de candidaturas a projetos e/ou programas relevantes;
- Produzindo, editando e difundindo documentos, realizando seminários, colóquios, conferências, feiras e outras iniciativas, onde avulta a realização bial da MANIFesta - Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local.

A MANIFesta, enquanto Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local, considerada um património valioso da Rede Animar, é a iniciativa de maior prestígio em termos de afirmação pública e espaço de encontro de associações e agentes de todo o território, exigindo uma especial atenção por parte dos associados e órgãos sociais da Animar. De acordo com Albino (2004) “*a MANIFesta é, como o nome sugere, o inédito duma manifestação em festa*”. Manifestação porque pressupõe uma afirmação de ideias de cidadãos, grupos e associações que são protagonistas de iniciativas de desenvolvimento local. Manifestação, ainda, porque há nela “*uma interpelação vigorosa e uma reivindicação oportuna, dirigida à sociedade portuguesa, no geral, e aos poderes políticos, em particular*”. Por estranho que pareça pretende-se, com esta iniciativa, que toda a manifestação e qualquer reivindicação se faça em festa.

Quando se pensou a MANIFesta e a forma como esta se deveria organizar e incorporar nos territórios pensou-se que, na sua componente Feira

e Festa, esta deveria ter cor viva, luz brilhante, capacidade de aproximar, de mexer, de sondar, de negociar e de mercar. Albino (2004) refere que *“haverá tempo para parar e para deambular pelo espaço, com espaço; para brincar e pular com as crianças, desafiar os jovens para um jogo tradicional português, ver uma habilidade e até mesmo participar numa cena imprevista, num coro forte, numa roda extenuante; para conversar com tempo, sobre tudo e nada; para folhear e comprar livros, apreciar documentos...”*. No que diz respeito à componente Assembleia e Manifestação esta deveria traduzir-se num fórum aberto, onde se busca a participação viva, plural e com fins precisos. Aqui impõe-se a escuta ativa, a reaprendizagem do ouvir. A Assembleia é o momento dos balanços dos esforços e do trabalho feito, o momento da avaliação dos erros cometidos e dos êxitos alcançados, o tempo para contribuir para aperfeiçoar a ação futura. Assim, a MANIFesta expressa perplexidades, sugestões e recomendações.

## A MANIFESTA ENQUANTO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em novembro de 1993, em Santarém e em simultâneo ao processo de criação da Rede animar, através de uma carta/convite dirigido a várias pessoas ligadas a projetos de intervenção local e à investigação, reuniram-se cerca de três dezenas que responderam ao desafio de preparar o tema “Os Estados Gerais do Desenvolvimento Local” em Portugal. Este, de acordo com Albino (2004) foi um importante momento de debate, muito diversificado em opiniões e posturas, em que se salientaram diferentes visões sobre as prioridades associadas ao Desenvolvimento Local. Apesar disso foi um momento em que foi conclusiva e convergente a necessidade e importância de se realizar um evento que ampliasse a reflexão e visibilidade das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local, através de um conjunto de ações que congregassem as componentes Assembleia, Feira e Festa, sem esquecer a necessária interpelação à sociedade civil e aos poderes públicos.

Em 1994 decorre então o primeiro encontro do Desenvolvimento Local, designado de MANIFesta de Santarém que permitiu, sobretudo, que as organizações e pessoas presentes concluíssem que não estavam sozinhas e que tinham uma base de reflexão comum. Foi possível também perceberem que, em conjunto e de forma organizada, eram capazes de se organizar em torno de um evento inovador, nomeadamente no que diz respeito aos debates e à animação cultural. De acordo com Albino (2004) “*a MANIFesta de Santa-*

*rém em 1994 pode ter sido o ponto de partida para que o D.L. viesse a ser um Movimento” e Melo (1996) afirma que a mesma foi um êxito, “apesar dos escassos apoios oficiais, exceção feita à Câmara de Santarém que foi excelente, e à Comissão Nacional do Leader. A Manifesta foi entendida pelas forças políticas do momento como algo de contestatário”.*

Importa referenciar que, a par da MANIFesta, a Animar foi realizando outras atividades e iniciativas que privilegiaram o debate em torno do desenvolvimento local e daí, foi ganhando experiência em termos de processos de participação, envolvimento das comunidades, dinâmicas de ação em rede e ainda capacidade de aplicar uma abordagem de investigação-ação na sua intervenção.

Em 1996, com a segunda edição da MANIFesta, em Tondela, consagra-se a visibilidade do movimento, pois é evidente a evidência das Organizações e do Movimento de Desenvolvimento Local, as suas potencialidades, as experiências e fragilidades. O número de presenças de Organizações, promotores e agentes de desenvolvimento local, investigadores, professores, ultrapassa as expectativas e verificou-se o interesse em participar por parte das instituições oficiais, nomeadamente por parte da Presidência da República.

É nesta altura que a Animar e a MANIFesta se vêm reconhecidas e com uma visibilidade crescente, quer na comunicação social, quer entre pares.

Importa referenciar que, em 1995, quando a ACERT, uma das associadas da Animar, se propõe realizar a segunda edição da MANIFesta, atribui-se à rede ANIMAR a responsabilidade pela realização da iniciativa, sempre em parceria com entidade(s) local(ais), e cria-se um Conselho MANIFesta para a apoiar nessa tarefa. Começa então a desenhar-se o modelo, que desde então se tem vindo a aperfeiçoar, relativamente às responsabilidades pela concretização da iniciativa. A dinâmica imposta pela ACERT fez com que a rede Animar, como um todo, se empenhasse no desafio da segunda MANIFesta, desencadeando um movimento solidário em rede, de homens e mulheres com o objetivo comum de fazer avançar um projeto de cidadania, enraizado num local e numa comunidade.

A responsabilidade local pela realização da terceira MANIFesta, em 1998 em Amarante, sob o lema *Desenvolvimento Local: uma oportunidade de futuro*, coube à ADESCO - Associação para o Desenvolvimento Comunitário, tendo-se decidido, durante o processo de candidaturas, que a sua realização teria uma periodicidade bianual. No sentido de promover a participação e as



decisões de forma participada e concertada introduz-se, pela primeira vez, a prática da realização das Assembleias Regionais preparatórias da Assembleia MANIFesta. Esta foi, de acordo com os registos e relatos, um momento marcante pois introduziram-se três novidades que se revelaram ter sido apostas acertadas:

- 1- A componente Assembleia foi organizada em torno de um Projeto de Teses da responsabilidade da direção da Animar, tendo sido amplamente divulgado para a realização de reuniões regionais. Na Assembleia Final foi realizada a aprovação dum Documento de Teses clarificador do presente e futuro das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local;
- 2- Foi possível incorporar a participação de uma Delegação de Companheiros de diversas Organizações dos vários países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, o que permitiu debates mais ou menos formais e o início de relações e vontades de cooperação;
- 3- Realizaram-se um grande número de debates sobre questões específicas e de interesse geral. Também esta edição da MANIFesta contou com a presença de membros do governo.

A quarta edição da MANIFesta realiza-se em 2001, em Tavira, sob a responsabilidade local da Associação In Loco, que aposta na inovação e na mobilização dos agentes locais como demonstração da força, vitalidade, diversidade e capacidade do Movimento de Desenvolvimento Local. Pela primeira vez a MANIFesta é ao ar livre e realizam-se ações de formação para quadros das Associações de Desenvolvimento Local com o objetivo de constituir uma rede de Dinamizadores Regionais da MANIFesta. Consolida-se, assim, a ideia de fazer da MANIFesta um processo e não um mero produto. A Presidente da Direção da Associação IN LOCO, em 2001, Maria Priscila Soares, referia-se à MANIFesta como um *“espaço insubstituível para quantos se encontram envolvidos em processos de Desenvolvimento Local”* pois este é gerador de *“oportunidades de partilha, de reflexão coletiva, de construção de propostas comuns, para que o DL seja um movimento social, e não um conjunto de atuações dispersas e fragmentadas”*.

A quinta edição realizou-se na vila de Serpa, em 2003, sob a responsabilidade de um consórcio constituído pela ESDIME, Rota do Guadiana, Terras Dentro, Alentejo XXI e Animar, e representou um novo salto em frente. Após consulta aos associados da Animar é elaborado um Caderno de

Encargos onde ficam definidos e regulados os critérios a que deve obedecer a definição do modelo das MANIFesta como as candidaturas à sua realização. É adotado um novo tipo de parceria, mais alargado, constituído por várias ADLs, conjugando-se, assim, estilos, práticas, forças e capacidades diversas.

A realização da MANIFesta em Serpa, na margem esquerda do Guadiana, no interior e uma das áreas mais deprimidas, foi outra aposta ganha, mobilizando as populações e os artistas da zona numa indelével afirmação regional do movimento.

A sexta edição da MANIFesta realizou-se em 2005, em Trancoso, liderada pelo consórcio constituído para o efeito pela Animar e a Raia Histórica. Manteve-se a aposta do interior, desta vez na raia beirã. Motivada pela preocupação de uma maior aproximação ao rural e às regiões mais deprimidas, conseguiu-se uma significativa mobilização da rede e de instituições e artistas da região. Este foi um momento em que se deu especial atenção à promoção dos produtos do desenvolvimento local, tendo-se iniciado um balanço ao trabalho desenvolvido pelas organizações e iniciativas de desenvolvimento local nos últimos 20 anos à luz dos constrangimentos financeiros e dos múltiplos programas e instrumentos nacionais e comunitários.

A sétima edição da MANIFesta realizou-se em Peniche, em 2009, e foi organizada pela Animar, ADEP e o Município de Peniche. Realizada 15 anos após a primeira edição da MANIFesta, teve como mote *A Inovação Social na Resposta à Crise – Contributos do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária*, refletindo os muitos constrangimentos já naquela altura sentidos de uma forma geral pela sociedade civil organizada e pelo associativismo de desenvolvimento local em particular. Teve duas grandes preocupações: retomar e reavivar o espírito inicial de expressão e mobilização da cidadania através da procura de respostas aos problemas locais a partir das capacidades e vontades locais não enfeudadas a critérios e motivações meramente de mercado e lucro; comprometer-se e empenhar-se na procura de respostas à crise económica, financeira, social, ambiental, cultural e política, numa perspetiva de economia solidária.

A oitava edição da MANIFesta realizou-se em Montalegre, em 2011, organizada pela parceria Animar, ADRAT, Município de Montalegre e Eco-Museu de Baroso sob o mote *Mobilizar e Participar para uma Economia Sustentável*. Esta edição foi um ato de resistência da rede Animar e do associativismo de desenvolvimento local, do seu querer remar contra a maré. Posta

de pé numa região ultraperiférica, longe dos grandes centros urbanos, com a generalidade das associações cívicas e de desenvolvimento a atravessar graves dificuldades e algumas a desaparecer foi, apesar de tudo, uma aposta ganha. A MANIFesta de Montalegre ocorreu num contexto de grave crise, em que a sociedade se confrontava com um conjunto de velhas dificuldades, agravadas por uma crise estrutural e multifacetada – económica e financeira, social, política, de conhecimento, cultural, ambiental, territorial e associativa.

A nona edição da MANIFesta realizou-se sob uma orgânica diferente pois associou-se a outra iniciativa local, mais especificamente o III Mosaico Social. Assim, em 2013, Santa Maria de Lamas foi o palco de um grande encontro de intervenção cívica e cidadania, debate e animação, com grande enfoque na mostra de instituições e projetos concelhios de desenvolvimento local – o III Mosaico Social & IX MANIFesta. Sob o tema *Encontros - Cidadania Ativa e Desenvolvimento Local* foi uma organização conjunta da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria (ADRITEM) e Animar. O III Mosaico Social & IX MANIFesta foi uma iniciativa onde o intercâmbio de experiências e metodologias de trabalho entre as diversas instituições e a reflexão sobre o contributo das organizações da Economia Social na definição de políticas de desenvolvimento local e social foram os principais objetivos<sup>1</sup>.

Vinte anos depois da primeira MANIFesta, em 2014, a sua décima edição regressa a Santarém. Sob o mote *Novos e velhos desafios para o desenvolvimento local*, durante quatro dias, largas centenas de entidades, ativistas, agentes e estudiosos do desenvolvimento local, da economia social e solidária e demais organizações da sociedade civil encontraram-se, conviveram, discutiram, trocaram ideias, estabeleceram laços graças a uma programação ambiciosa e diversificada que incluiu debates, oficinas temáticas e tertúlias; as componentes Feira, repartida por vários locais do centro histórico e Festa, constituída por um leque diversificado de atividades culturais.

No decorrer da cerimónia de assinatura do protocolo de parceria Eduardo Figueira, Presidente da Animar, chamou a atenção para o simbolismo da *“coincidência temporal, da celebração dos 40 anos do 25 de Abril e dos 20 anos da MANIFesta, tendo em conta que foi em Santarém que teve lugar a arrancada*

---

1) Informação retirada do site institucional da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (<https://www.cm-feira.pt/>)

*libertadora do 25 de Abril e, 20 anos depois, a primeira edição desta iniciativa”* que, face aos novos e velhos desafios para o desenvolvimento local pretende ser “*um momento e um espaço em que as pessoas que trabalham em regiões muito distantes e em contextos muito diferentes, têm a oportunidade de se encontrarem e, através da troca de ideias, tentarem reforçar o seu trabalho*”.

## A MANIFESTA ENQUANTO INICIATIVA DESENCADEADORA DE MUDANÇA

De acordo com Amaro (2004) o Desenvolvimento Local é todo o processo de mudança que se desencadeia a partir da constatação de que há problemas/necessidades fundamentais na comunidade ou em certos grupos específicos e que exige, para que se desencadeie, uma lógica de trabalho em parceria e de partilha de perspetivas e recursos.

É a partir das dinâmicas locais desencadeadas por via de iniciativas como a MANIFesta que é importante avaliar, afirmar, reforçar e desafiar a realidade, no sentido de perceber o impacto e os resultados que estas iniciativas desencadeiam nos territórios, nas comunidades e nos próprios processos e manifestações de cidadania. De acordo com José Brás, representante da Solidários e elemento da Direção da Animar entre 1993 e 2004 é importante *“afirmar os princípios e valores do desenvolvimento local e reivindicar os recursos, as políticas e os instrumentos que possam facilitar o desenvolvimento das comunidades e dos territórios”*. É através destes processos de animação local que, de acordo com José Brás, a Animar e a MANIFesta poderão traduzir-se em espaços que partilham *“um projeto com futuro para o local”*.

Esse futuro acaba por se traduzir, no que diz respeito à MANIFesta, em documentos de referência que não são mais do que mensagens, interpelações com uma forte componente política e propositiva que traduzem os pontos de vista, intenções, tomadas de posição, perspetivas e expectativas dos participantes nas iniciativas MANIFesta. Para além disso esses documentos tra-

duzem-se numa forma de comunicação em prol do desenvolvimento local, assim como numa materialização de ideias para o futuro e de um caminho a seguir como forma de atingir a mudança pretendida. Os documentos aqui referenciados designam-se de Declarações, definidas e discutidas no âmbito de cada MANIFesta, no decorrer da sua componente Assembleia. A componente Assembleia traduz-se num espaço de reflexão e intervenção cívica, onde, com a maior liberdade e abertura, se realizam os mais variados debates, oficinas, tertúlias, entre outros, podendo estes ser propostos e animados por qualquer participante. As sínteses das Assembleias MANIFesta são recolhidas sob a forma de teses e Declarações identificados pelo nome da localidade onde se realiza cada MANIFesta.

De seguida irá proceder-se a uma análise síntese de cada uma das iniciativas MANIFesta, sob o ponto de vista da participação (sempre que a informação esteja disponível e seja pública) e Declarações existentes, analisando-as, de uma forma breve, sob o ponto de vista do resultado no que diz respeito às questões do desenvolvimento local, isto é, serão destacadas as principais conclusões relativas aos processos de desenvolvimento dos territórios, das comunidades e sob o ponto de vista das propostas de ação.

A primeira edição da MANIFesta, em Santarém contou com 71 organizações presentes em *stands* e 313 inscrições individuais. Debateram-se vários temas e, em termos de animação cultural contou com a participação de grupos de teatro, música popular, ginástica, dança, passagem de modelos, ranchos folclóricos, rap, entre outros. Em termos de resultado é importante observar o documento produzido, as **Conversas Inacabadas**. Foram verdadeiros espaços de debate aberto, onde a partilha de saberes e experiências aconteceu, onde muitos estiveram, falaram, ouviram e aprenderam. Em súmula, foram assumidas 14 constatações e efetuadas 11 recomendações, sendo que do seu conjunto destaca-se *“o desenvolvimento local não é uma nova ideologia, é uma afirmação de diversidade, é o esforço para impedir que a sociedade se feche a partir das lógicas economicistas... Não pode ser entendido e praticado como alternativa para a auto-desresponsabilização do Estado... A avaliação (do desenvolvimento local) não deve ser entendido como uma mera enumeração das atividades realizadas nem referenciar-se exclusivamente a objetivos definidos no início do projecto ou ação... Deve ser entendida de forma dinâmica, constituindo-se como um mecanismo de reflexão permanente sobre o que está a acontecer e as mudanças produzidas.”* Mais do que a produção do docu-

mento **Conversas Inacabadas** é importante salientar, enquanto resultado da primeira edição da MANIFesta, a mobilização de centenas de pessoas e a possibilidade de estas perceberem que, juntas, eram capazes de organizarem eventos eficazes e inovadores, nomeadamente ao nível dos debates e da animação cultural permanente.

A segunda edição da MANIFesta, em Tondela, contou, na componente Assembleia, com a participação de mais de 200 participantes e 100 intervenções. Conforme já referenciado atrás a partir das referências a Albino (2004), traduziu-se num momento marcante, quer para quem vivia ou se aproximava do desenvolvimento local, quer para múltiplas associações, instituições e órgãos do estado, não só pelas várias publicações que dela resultaram, mas também pela capacidade de mobilização para as componentes de animação, feira e espetáculos. A Declaração de Tondela, enquanto resultado dos debates, discussões e reflexões, assume que o desenvolvimento local deve ultrapassar as lógicas setoriais numa perspetiva de abordagem interdisciplinar, assim como romper com o isolamento de pessoas, de iniciativas e territórios, num processo de construção de novas solidariedades, expressas no estabelecimento de redes inter-locais. Para esse efeito defende: a valorização de produtos de pequena escala; a distinção entre turismo rural e turismo em espaço rural; criação de um estatuto fiscal específico para os pluriactivos; criação de emprego no quadro de iniciativas locais; a Escola e a Educação de Adultos têm um papel essencial na promoção do espírito empreendedor e na formação para a cidadania ativa e solidária; a formação profissional deve partir de diagnósticos de necessidades locais; a definição do Livro Branco para o relacionamento entre o Estado e as Associações; criação de uma plataforma multi-setorial de Economia Social e de Cidadania Ativa, que funcione como um fórum comum de auscultação, de reflexão e de proposição; a figura de contrato-programa pluri-anual no sentido da canalização de recursos para projetos integrados geridos por parcerias locais; um fundo que permita às estruturas associativas recorrer a empréstimos sem juros para realizar os programas contratados (*in* Declaração de Tondela, 1996).

A terceira edição da MANIFesta, em 1998, traduziu-se em mais uma oportunidade para debater o tema do desenvolvimento local, posicionando-o como uma oportunidade de futuro. Esse debate foi feito através da componente Assembleia que, como já foi referido, foi organizada à volta dum Projeto de Teses orientadas para o presente e futuro das Organizações e Iniciati-

vas de Desenvolvimento Local. A Declaração de Amarante traduziu-se em 4 constatações, sendo que para cada uma delas explanaram-se pelo menos uma reivindicação. A este nível destaca-se, aqui, a constatação de que *“o aprofundamento da Democracia é objetivo e requisito do Desenvolvimento Local. O desenvolvimento só se realiza plenamente quando contempla a participação ativa das pessoas e organizações, em torno dos seus problemas específicos do conjunto de valores onde radica a sua identidade. [...] para o aprofundamento da Democracia, cruzando as suas vertentes Representativa e Participativa, propomos que se avance significativamente em três direções essenciais e complementares: Mais e melhor participação dos cidadãos na construção do futuro dos seus territórios, nomeadamente assegurando condições para reforçar o trabalho das OIDLs – cada vez mais entendidas como ‘escolas de cidadania e de associativismo local’ – e potenciando as suas capacidades de empreender e de cooperar a nível local e regional; Mais e melhor desconcentração dos organismos da administração central [...]; Mais e melhor descentralização da administração pública, para facilitar a intervenção dos cidadãos na definição de políticas, possibilitando a real concretização do princípio da subsidiariedade, e legitimar democraticamente a sua capacidade de empreender e cooperar a nível local e regional...”* (in Declaração de Amarante, 1998).

Em 2001, com a realização da MANIFesta de Tavira conseguiu-se, sobretudo, reforçar e recriar o vigor da iniciativa, reafirmar a festa e a capacidade de relação institucional. A Declaração de Tavira, em termos de conteúdo, pretendeu assumir-se como uma reflexão em termos de ação, aprendizagens e de resultados conseguidos pela Animar e pela MANIFesta desde 1993. Destacam-se, entre outras conclusões, *“em Tavira o movimento abriu portas de cidadania para todos os dias, à escala de um país. Tem sido um processo de diversidades, que legitima a esperança e converge na transformação da realidade para as pessoas [...]”*. Defendeu-se e reafirmou-se a importância de continuar a potenciar a rede do desenvolvimento local, a avaliação da ação, o reforço do diálogo e intercâmbio entre organizações e iniciativas do desenvolvimento local de Portugal e de outros países, assim como a necessidade de qualificar dirigentes e técnicos.

Também em Tavira, enquanto resultado do processo de implementação da MANIFesta foi possível alertar para o facto de o poder político privilegiar políticas de carácter macro-económico e de defesa do mercado, em prejuízo de intervenções de base comunitária, organizadas em rede e de baixo para cima, assentes na pequena escala, na troca solidária e na diversidade.



A mobilização da comunidade e o reconhecimento da MANIFesta permitiram também que, em Tavira, fosse lançado um suplemento, da responsabilidade da organização da MANIFesta 2001, que fazia parte integrante da edição do *Público* n.º 4054 de 25 de Abril de 2001. Esse suplemento reforçou, sob a forma de narrativas e entrevistas, o impacto local da iniciativa, do programa e dos seus objetivos (*in* Declaração de Tavira, 2001).

Em Serpa, em 2003, sob o lema *Com o Desenvolvimento Local – superar a crise e construir o futuro*, a Assembleia MANIFesta afirma que “há uma saída para as questões que a actual crise nacional e a crispação das relações internacionais colocam à sociedade portuguesa” e que é “possível evitar os custos sociais e económicos resultantes do aprofundar das assimetrias regionais, do crescimento da desigualdade, da cristalização dos sentimentos de injustiça e da exclusão de grupos cada vez mais significativos”.

Reivindica-se a imperiosa definição de uma Carta de Princípios de Relacionamento do Estado com as organizações e iniciativas de desenvolvimento local e a participação do Movimento no processo de preparação do IV Quadro Comunitário de Apoio; aponta a necessidade de assegurar a defesa das áreas desfavorecidas, face às limitações de acesso a fundos a partir de 2006; a importância de dar atenção à problemática dos jovens; do reconhecimento das OIDL como Parceiro Social; a importância de dar atenção à formação continuada dos seus técnicos por parte da OIDL; o reconhecimento da utilidade pública dos serviços prestados pelas OIDL; a importância de dar visibilidade pública ao Movimento de Desenvolvimento Local (*in* Declaração de Serpa, 2003).

Em Trancoso, em 2005, resultou uma intensa participação e diversidade em termos de programação cultural e de animação, assim como ao nível dos debates, seminários e colóquios, 35 deles dedicados ao Desenvolvimento Local. Sob o tema *Participação para a Inclusão Social e Territorial*, a MANIFesta deu especial atenção à promoção dos produtos do desenvolvimento local, tendo iniciado um balanço ao trabalho desenvolvido pelas organizações e iniciativas de desenvolvimento local nos últimos 20 anos à luz dos constrangimentos financeiros e dos múltiplos programas e instrumentos nacionais e comunitários. Essas preocupações refletiram-se nas conclusões da VI Assembleia MANIFesta, que considerou ser “possível e desejável uma parceria ativa ente o Estado e a Sociedade Civil” numa base de “responsabilidades partilhadas e contratualizadas”, contribuindo assim para “ultrapassar as defi-

*ciências que se evidenciaram na execução das políticas dos últimos períodos de programação comunitária e que dificultaram a eficácia das intervenções.” (in Declaração de Trancos, 2005).*

Em 2009, em Peniche, sob o tema *A Inovação Social na Resposta à Crise – Contributos do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária*, refletiu-se sobre os muitos constrangimentos já naquela altura sentidos de uma forma geral pela sociedade civil organizada e pelo associativismo de desenvolvimento local em particular. A Declaração que resultou do processo de implementação da MANIFesta em Peniche refletiu duas grandes preocupações: retomar e revitalizar o espírito original das respostas aos problemas locais a partir das capacidades e vontades locais e assumir as nossas responsabilidades na procura e na proposta de respostas para as dificuldades que vivem as sociedades atuais. Quinze anos depois da primeira MANIFesta, o processo e os resultados mostram que há um caminho de construção de propostas, de teorização e de experimentação, de inovação, de realizações concretas, todavia, apesar das conquistas acumuladas ao longo desse percurso, conclui-se que velhos obstáculos persistem e novos se colocam (*in Declaração de Peniche, 2009*).

Dois anos após a MANIFesta de Peniche, a iniciativa chega a Montalegre num contexto de grave crise, em que a sociedade se confronta com um conjunto de velhas dificuldades, agravadas por uma crise estrutural e multifacetada – económica e financeira, social, política, de conhecimento, cultural, ambiental, territorial e associativa. Como resultado do debate efetuado, a Declaração de Montalegre apontou para a necessidade de redefinição do Local *“como ponto de partida para a ação transformadora da Sociedade e para uma outra Globalização”*, facto que implica a redefinição e requalificação do conceito de Desenvolvimento Local, assim como a necessidade de criação de uma Economia Solidária, traduzida em novas formas de produção e redistribuição de riqueza. A Declaração de Montalegre espelha também a necessidade de reivindicação das responsabilidades sociais do Estado central e local, nomeadamente na defesa e promoção do bem comum, numa lógica de justiça e igualdade, com a participação da Sociedade Civil na produção de soluções, implicando dinâmicas de parceria, em particular com as autarquias locais, em prol do desenvolvimento local (*in Declaração de Montalegre, 2011*).

Em 2013, conforme referenciado no capítulo anterior, a MANIFesta associou-se à iniciativa III Mosaico Social e decorreu em Santa Maria de

Lamas sob o tema *Encontros – Cidadania Ativa e Desenvolvimento Local*, não se conhecendo os resultados da mesma, tendo em consideração a não existência de Declaração.

Em 2014 a décima edição da MANIFesta decorreu em Santarém sob o tema *40 Anos de Democracia e 20 Anos de MANIFesta – Velhos e Novos Desafios do Desenvolvimento Local*. Em Assembleia foram aprovadas um conjunto de resoluções e recomendações no sentido de guiar a atividade futura da rede Animar, depois de um debate vivo e participado em que foram muitas as adendas e propostas de alteração ao texto inicial. O texto, posto à discussão e aprovado pela Assembleia, resultou das discussões realizadas nos diversos fóruns e grupos de trabalho realizados durante a MANIFesta, incidindo sobre diversas áreas: cultura, juventude, economia social e solidária, agricultura familiar, micro empresas, mercados locais, cooperação entre aldeias, relacionamento entre associações cidadãs e autarquias, desenvolvimento e outras. Além do texto e das adendas acima referidas, a Assembleia aprovou ainda uma proposta no sentido da elaboração a muito curto prazo de um conjunto de “Compromissos pelo Desenvolvimento Local” que sirva de base a uma ampla discussão em todas as regiões do país a curto prazo e que seja apresentado a todos os partidos representados na Assembleia da República. O objetivo era trazer o Desenvolvimento Local para o primeiro plano da agenda política do país e fazer ouvir de forma clara inequívoca a voz, as propostas e as reivindicações das organizações cidadãs envolvidas nesse movimento. De acordo com informação existente no site da Animar (<http://animar-dl.pt>) os documentos serão difundidos pela Animar a curto prazo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a descrição e análise efetuada aos 20 anos do movimento associativo gerado pela iniciativa MANIFesta é visível a sua capacidade de mobilização das organizações da economia social e solidária, numa lógica de REDE, em torno de temas, problemáticas e preocupações comuns. Espelha, igualmente, a afirmação da identidade das Organizações de Desenvolvimento Local e seus representantes enquanto agentes e motores de energia, criatividade e competência impulsionadores do estreitamento de relações de cooperação e solidariedade.

Considero que o conjunto de iniciativas MANIFesta realizado desde 1994 contribuiu, até ao momento, para o reforço e consolidação do desenvolvimento local integrado, potenciando espaços de aprendizagem, de reflexão e debate; combatendo o isolamento das organizações; promovendo visibilidades; valorizando espaços e processos participativos e, sobretudo, gerando uma rede entre as OIDL e seus agentes. No que diz respeito à Rede Animar considero que, através das iniciativas MANIFesta e dos seus resultados, é visível a defesa e a reivindicação dos interesses dos associados da Animar através da abertura de espaços de discussão alargada e criando formas de participação ativa, visível, por exemplo, através da organização das iniciativas nos seus territórios, com base no trabalho conjunto entre organizações.

De acordo com os princípios expostos nas diversas Declarações que resultaram das iniciativas MANIFesta é visível também a preocupação de estas se traduzirem num diálogo com os poderes institucionais, nas suas diferentes escalas territoriais e nos diversos setores e instâncias, tentando em simultâneo

instituir processos de cooperação e defesa dos interesses das organizações. A realização da iniciativa vem preencher uma dimensão de afirmação da identidade das organizações, potenciando uma voz coletiva e organizada em defesa dos valores e da especificidade da economia social.

Ao longo dos 20 anos de realização da MANIFesta é visível, pela contextualização descrita, a degradação do contexto social, nomeadamente em termos sociais, económicos, políticos, culturais entre outros dificultando o relacionamento e diálogo entre as organizações. Esta consideração é consonante com a narrativa de José Carlos Albino que na publicação *Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal* (2004) onde refere que “*não foi um caminho pacífico, sem contradições e antagonismos e, menos, sem conflitos de ideias e personalidades*”. Efetivamente, apesar de a iniciativa desencadear um visível reforço e consolidação dos princípios do Desenvolvimento Local, é também perceptível a necessidade de este ultrapassar lógicas setoriais e de romper com o isolamento das pessoas, de iniciativas e de territórios.

É igualmente notória, pelo menos a partir de 2011 aquando da MANIFesta de Montalegre, a dificuldade em comunicar resultados e exteriorizar o diálogo. Esta consideração é fundamentada pela inexistência de informação acerca da iniciativa MANIFesta que decorreu em 2013 em Santa Maria de Lamas, assim como a inexistência da Declaração de Santarém após a MANIFesta de 2014.

Considero também que, em jeito de recomendação, é importante que fossem implementados processos de avaliação do impacto das iniciativas de desenvolvimento local e, mais especificamente, da MANIFesta, avaliando-as à luz dos resultados obtidos em termos de impacto nas decisões políticas do país.

Em jeito de conclusão considero que é de sublinhar todo o ciclo de vida da Animar no que diz respeito à implementação da iniciativa MANIFesta e aos resultados que foram extraídos de cada uma delas, pois foi a partir destes processos que se consubstanciou a construção de um pensamento sobre o Desenvolvimento Local.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBINO, José Carlos (2004), *Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal – As Estórias da animar nas Comemorações do 10º Aniversário*, Animar
- AMARO, Rogério Roque (1998), O Desenvolvimento Local em Portugal – As Lições do Passado e as Exigências do Futuro, in *A Rede para o Desenvolvimento Local*, Faro: Associação IN LOCO, pp. 60-64
- Declaração de Amarante - Desenvolvimento Local: Uma oportunidade de Futuro!*, Animar, 1998
- Declaração de Tavira - O desafio de um Portugal Futuro*, ANIMAR, 2001
- Declaração de Serpa - Com o desenvolvimento local superar a crise e construir o futuro*, Animar, 2003
- Declaração de Trancoso*, Animar, 2005
- Declaração de Peniche - Inovação Social na resposta à crise. Desenvolvimento Local e Economia Solidária sempre presentes!*, Animar, 2009
- Declaração de Montalegre*, Animar, 2011
- EME, B., (2001), Les associations ou les tourments de l'ambivalence, in Jean-Louis LAVILLE et al, *Association, démocratie et société civile*, Paris, la Découverte / M.A.U.S.S./ /CRIDA, pp. 27-58.
- Conselho Económico e Social (1995), Iniciativas de Desenvolvimento Local, Série; *Documentos e Estudos Internos*, Lisboa
- LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inacio, (2011) Economia Solidária, in Catanni, António et al, *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina
- Manifesto, “MANIFesta - o que é?”*, Animar, Santarém, 1994
- MELO, Alberto (1998), “Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local” in *A Rede para o Desenvolvimento Local*, Faro: Associação IN LOCO, pp. 5-8
- MONTEIRO, Alcides (2004), As Iniciativas de Desenvolvimento Local e a Diversidade das suas Orientações, *Cidades, Comunidades e Territórios*, Jun. 2004, n.º 8, pp. 53-63
- MONTEIRO, Alcides, (2002), *Associativismo e Novos Laços Sociais – As iniciativas de desenvolvimento local em Portugal*, Covilhã, UBI
- MONTEIRO, Alcides (2004), Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. O exemplo das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDLs) em Portugal, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 139-157
- MORENO, Luis (coord.) et al, (2003) *Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local*, Animar
- NUNES, Francisco, RETO, Luís, e CARNEIRO, Miguel (2001), *O Terceiro Sector em Portugal: Delimitação, Caracterização e Potencialidades*, Lisboa: INSCOOP
- PAULA, Juarez de (2003), Territórios, redes e desenvolvimento, s.l., *Territórios em Rede*
- VEIGA, Fátima et al (2011), Um retrato das ONGs de solidariedade social em Portugal, *Cadernos EAPN* n.º 16, Porto, EAPN Portugal

Webgrafia:

[www.animar-dl.pt](http://www.animar-dl.pt)

[www.cases.pt](http://www.cases.pt)

[www.eapn.pt](http://www.eapn.pt)

[www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt)

Legislação: Lei n.º 30/2013, de 8 de maio





FINANCIADO POR:



TRABALHO, SOLIDARIEDADE  
E SEGURANÇA SOCIAL

